

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e um

Estiveram presentes à reunião: Dr. Adail de Almeida Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Sr. Aldimir Hervella, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sul; Dr. Carlos Alberto Politano, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. Claudinei dos Santos, representante dos conselhos de classe; Sra. Denilza Ap. da Silva, representante do Movimento Sindical; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCAMP; Sr. Edson Eugênio, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Araújo da Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José David Santomauro, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Sr. Lúcio Messias, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Sr. Marcos Silveira, representante das entidades patronais; Sra. Maria da Graça S. Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde e Presidente do Conselho; Dra. Maria do Carmo Carpentier, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Maria Ivonilde V. de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Matilde Alves Pontes, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dr. Orestes Mazzariol Jr., representante dos hospitais não filantrópicos; Dr. Roberto Mardem S. Farias, representante dos serviços de saúde municipais; Sra. Rosângela M.G. Martinhago, representante do Movimento Sindical; Dra. Sílvia Helena R. Mateus, representante das entidades de classe; Sra. Verônica de L. Ribeiro, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Norte; Sr. Welton José Araújo, representante do Movimento Sindical; Sr. Antonio Barbosa dos Santos, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Sra. Cristina R. Silva, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Dr. Flávio César Sá, representante suplente da UNICAMP; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Sra. Jorgelena Menezes, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. José Carlos Silva, representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde; Dra. Márcia Ap. Amaral, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Dr. Pedro Paulo de Medeiros, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Renato Souza Santos, representante suplente das associações de aposentados; Dr. Sílvio Ciquini, representante suplente da PUCAMP; funcionários da Secretaria de Saúde. Justificaram ausência: Dr. Gastão Wagner de S. Campos, Secretário Municipal de Saúde; Sr. José Augusto Limoli, representante das associações de aposentados; Dr. Luiz Maria Pinto, representante da PUCAMP; Sra. Maria do Carmo Mendes, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Dr. Roberto Teixeira Mendes, representante da UNICAMP. Faltaram: Sr. Jacó dos S. Bastos, representante do Movimento Sindical; Sra. Maria dos Santos Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Dr. Paulo Eduardo M.R. Silva, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sra. Regina M.C. Lara Campos, representante da Diretoria Regional de Saúde; Dra. Sílvia B.B. Belucci, representante dos prestadores de serviços não hospitalares.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação da ata da reunião extraordinária de 11.04.01; 2) Correspondência recebida; 3) Avaliação e Papel dos Coordenadores das Unidades e Serviços de Saúde; 4) Informes.

Sra. Maria da Graça iniciou a reunião colocando em votação a ata da reunião extraordinária de 11.04.01, tendo Dr. Pedro Paulo solicitado destaque referente à sua fala. Dr. Pedro Paulo solicitou que se fizesse constar que havia dito que, para dar conta de todas as atribuições propostas para o agente, esse profissional teria que "ser um super-homem no sentido "nietzschiano" e que havia sugerido ao Secretário que acolhesse o Conselho e, em outras palavras, que treinasse as pessoas em saúde pública, pois o Conselho tem que se apropriar do como se faz saúde pública". Não havendo mais nenhum questionamento, Sra. Maria da Graça colocou em votação a ata, que foi aprovada por unanimidade. Passando para o item correspondência recebida, Sra. Sílvia comunicou aos conselheiros que havia sido solicitada, pela PUCAMP, em dezembro, a indicação de um representante de usuários para fazer parte do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e que a Secretaria Executiva havia feito uma consulta àquela instituição sobre o assunto, tendo sido encaminhada cópia de Resolução do Conselho Nacional de Saúde que prevê a participação dos usuários nesses Comitês. Dr. Orestes colocou que foi discutido na Executiva o fato de que esses Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos são muito específicos e que a indicação de um usuário, e até mesmo de um prestador de serviço, sem formação técnica adequada, poderia estar legitimando coisas para as quais não estaria preparado para julgar. Dra. Maria do Carmo colocou que, embora essa discussão tivesse sido feita na Executiva, o questionamento feito era sobre a obrigatoriedade da indicação de um usuário, procedendo à leitura da Resolução. Sra. Maria da Graça esclareceu que foi membro dessa Comissão durante dois anos e que, além de haver documentos que embasam as discussões, os técnicos estão à disposição para esclarecer todas as dúvidas apresentadas pelos usuários. Dr. Sílvio colocou que a importância da participação do usuário está na possibilidade de defender os interesses da comunidade, devendo o representante ter noções básicas de saúde. Dra. Maria do Carmo colocou que a discussão sobre o papel do usuário na Comissão poderia ser pautada para uma próxima reunião, mas que havia necessidade de se fazer a indicação o mais rápido possível. Sra. Sílvia informou que haviam sido recebidas correspondências dos CS Parque da Floresta e Santa Lúcia e também dos funcionários administrativos, zeladoras e guardas da Secretaria de Saúde a respeito do prêmio para os profissionais que trabalharem no Projeto Paidéia, correspondência essa que ainda não havia sido analisada pela Secretaria Executiva, o que deveria ser feito na sua próxima reunião. Sra. Maria da Graça anunciou a presença da Vice Prefeita Municipal, Sra. Iزالene Tiene, convidando-a a compor a mesa e falar aos conselheiros sobre o processo de implantação do Orçamento Participativo. Sra. Iزالene colocou que o primeiro objetivo do Orçamento Participativo é a transparência administrativa, através da mudança da relação com a sociedade, visando maior participação na implementação das políticas públicas. Considerou que uma das conquistas do governo foi ter conseguido, nesses primeiros 4 meses, efetuar os pagamentos em dia e renegociar os contratos e dívidas, apontando como meta conquistar uma capacidade de investimento de 5% no próximo ano. Convidou a todos para participarem do lançamento do Orçamento Participativo no dia 26.04, ocasião em que estaria sendo apresentado o processo de trabalho e anunciadas as assembleias populares regionais e as assembleias temáticas que serão feitas. Nessas assembleias serão escolhidos delegados, na proporção de 1 para cada 10 pessoas presentes, que terão como função organizar a população da sua área com o objetivo de elencar as demandas, tanto de investimento quanto de serviços. Será criado um Conselho do Orçamento Participativo, composto por representantes de todas as regiões da cidade, Conselho esse que votará as prioridades de investimento e serviços apresentadas na segunda assembleia popular, a ser realizada no mês de julho. Terminadas as colocações da Sra. Iزالene, passou-se para a discussão sobre Avaliação e Papel dos Coordenadores das Unidades e Serviços de Saúde. Dra. Maria do Carmo esclareceu que, tendo em vista a proposta de mudança de modelo, o que implicará também em alteração do papel do Coordenador, esse assunto não havia sido discutido nas diversas instâncias da Secretaria. Assim, foi feita a opção de apresentar o que, até então, estava definido burocraticamente como papel de Coordenador. Esclareceu que os coordenadores não têm trabalho sozinhos, sendo que, em boa parte das Unidades, já trabalham em Colegiado e que o Conselho Local é o seu grande gestor. Com relação à avaliação do Coordenador colocou que a Secretaria ainda não tem proposta e que estava sendo feita seleção para novos Coordenadores, uma vez que está claro que esses profissionais têm que ser avaliados e não devem ser indicados, devendo ser iniciado processo de avaliação tanto dos novos quanto dos antigos. Feitas essas considerações passou a apresentar as funções dos Coordenadores, que foram divididas em administrativas, técnicas e políticas, lembrando que elas estão totalmente interligadas e que a divisão era apenas para facilitar a apresentação. As atribuições administrativas do Coordenador são a previsão e controle de recursos humanos, equipamentos, medicamentos, instalações físicas e transportes; as técnicas, conhecer a área de cobertura, trabalhar com base em informações e dados epidemiológicos, indicadores de saúde e dos serviços, planejar o serviço com base nessas informações e avaliar o andamento dos projetos planejados e corrigi-los quando necessário; as políticas, estabelecer relação com a Secretaria de Saúde e a Administração como um todo, com a comunidade, com o usuário e com outros equipamentos da Prefeitura. Terminada a apresentação, passou-se a palavra aos inscritos. Sr. José David perguntou como se dará a avaliação e se haverá avaliação de desempenho do coordenador com a equipe, dada a diferença no grau de atuação dos coordenadores, considerando importante que haja controle da dinâmica e da ética do coordenador para com a equipe. Considerou também que deve ser implementada resolução da 5ª Conferência que prevê a participação de representantes dos trabalhadores nas reuniões de coordenadores. Dr. Pedro Paulo colocou que o perfil do coordenador não ficaria restrito aos itens apresentados e que também teria que "ser um super homem no sentido "nietzschiano", pois teria que ter uma grande capacidade de acolhimento e discernimento para discutir, estar nos espaços, ocupar os espaços, monitorar os acontecimentos da realidade da sua comunidade, que ele não vê em boa parte dos atuais coordenadores. Aho um equívoco terrível e um medo que vem do imperativo moral kantiano que está imperando nessa administração; nós sabemos então nós temos que fazer. Ai tem uma questão que é muito séria: a democracia se constrói na realidade concreta objetiva." Considerou que o coordenador tem que ser escolhido pelas associações de bairro, juntamente com a equipe, pois a equipe conhece as pessoas que entendem de saúde pública, sabe quem é quem dentro da Unidade, sabe quem tem vínculo com a comunidade ou não. Sra. Verônica discordou do Dr. Pedro Paulo com relação à escolha do coordenador ser feita pelas associações de bairro. Considerou que há questões técnicas envolvidas que, na sua opinião, as associações não teriam condições de avaliar. Sugeriu que o coordenador fosse escolhido pela administração e sua avaliação fosse feita pelo Conselho Local de Saúde. Dr. Pedro Paulo solicitou um aparte e colocou que a sugestão era de que "a equipe, juntamente com as associações de bairro, se reunissem, discutissem e apresentassem uma lista triplíce que daria uma benesse para a administração escolher quem ela achasse mais conveniente politicamente, tecnicamente". Sra. Verônica perguntou qual será a autonomia do Coordenador de Centro de Saúde, pois há vezes em que as questões não são resolvidas porque dependem da supervisão ou do Distrito. Sra. Rosângela considerou que o coordenador tem que ser escolhido ou eleito pela própria equipe, pois a avaliação de desempenho tem que ser coletiva, com metas a serem cumpridas. Colocou também que seria importante para os conselheiros conhecerem o organograma da Secretaria de Saúde para que fosse possível um melhor entendimento dos processos. Sra. Maria Ivonilde colocou que a apresentação feita não havia contemplado a expectativa e que deveria ser discutida também a função dos distritos. Dra. Maria do Carmo concordou com a colocação da Sra. Maria Ivonilde sobre a apresentação e também com a proposta feita pela Sra. Rosângela de apresentação do organograma da Secretaria. Com relação à avaliação, explicou que é um processo ainda em construção, que deverá contemplar também a avaliação do usuário, do Conselho Local de Saúde e que a seleção dos coordenadores é feita por uma prova escrita, de conteúdo técnico, e uma entrevista onde será avaliado o entendimento da pessoa sobre o papel de coordenador. Esclareceu que o controle tem sido feito pelas equipes dos Distritos de Saúde, mas a idéia é de que passe a ser feito a partir da avaliação e também pelos Conselhos Locais de Saúde. Considerou importante a participação dos representantes dos trabalhadores nas reuniões de coordenadores e informou que estará sendo retomado o Fórum de Representantes da Secretaria, cuja primeira reunião será realizada no dia 16.05. Discordou da proposta de que o coordenador seja escolhido, seja pela população ou pela equipe, pois ela exclui a possibilidade de profissionais de trabalho em outras Unidades poderem ser escolhidos. Concordou que tanto a equipe como os usuários devem participar ativamente da avaliação, mas posicionou-se no sentido de que o cargo de coordenador deva ser selecionado, através de processo que avalie sua postura frente à população, mas que basicamente qualquer profissional da rede, que esteja dentro de alguns critérios, possa ser coordenador de uma Unidade. Colocou, ainda, que considera que o cargo de coordenador deva ser um cargo de carreira. Com relação à autonomia do coordenador, colocou que ela vai até o limite da função e das diretrizes da Secretaria. Dra. Sílvia colocou que, na sua opinião, o coordenador é um representante da Secretaria dentro da Unidade, portanto deve ser uma pessoa de confiança, e que o maior problema é a heterogeneidade da rede. Considerou que deve ser discutido o que fazer quando um coordenador não consegue dialogar com a equipe e com o Conselho Local. Sra. Maria da Graça colocou que os usuários têm feito várias discussões sobre o papel dos coordenadores, pois vários deles monopolizam as reuniões dos Conselhos Locais de Saúde, impedindo que as pessoas se coloquem. Considerou que é preciso melhorar a atuação dos coordenadores e sua relação com esses Conselhos. Dra. Haydée, coordenadora CS V. Ipê, colocou que a função do coordenador é, sem dúvida, política, mas não pode ser político-partidária, e que o cargo deve ser de acesso público, havendo necessidade de serem criados instrumentos de avaliação que envolvam os trabalhadores e os usuários. Sr. Renato solicitou que, no processo de avaliação, não se deixe de levar em conta o envolvimento e o compromisso do profissional. Com relação aos novos projetos da Secretaria, demonstrou preocupação com os recursos necessários para sua implementação. Sra. Márcia, coordenadora CS Costa e Silva, lembrou algumas das dificuldades inerentes à função e colocou que considera que o papel do coordenador é estratégico para a implantação do SUS. Sr. Lúcio enalteceu o trabalho que vem sendo realizado pela Sra. Rosana, coordenadora do CS Santa Lúcia. Dr. André, coordenador do CS São Domingos, reforçou que as atribuições do coordenador são fundamentais para a construção do SUS e as dificuldades inerentes ao cargo, considerando que é necessário investimento nesses profissionais. Considerou também a dificuldade da escolha do profissional ser feita pela equipe ou pela população. Dr. Pedro Paulo disse que não tinha interesse em excluir critério; "não consigo entender um gestor de serviço público que não conheça um pouco de epidemiologia; então é óbvio que tem que ter um curso de saúde pública ..., um currículo mínimo. No momento em que, numa dada Unidade de Saúde, sem excluir pessoas que venham de fora; em nenhum momento passa pela minha cabeça a idéia de que uma pessoa que vier de fora ... com curso de saúde pública e quer vir

trabalhar na rede que não possa; eu acho que pode e deve entrar. O único problema nosso é que faltam bons coordenadores, sobram maus coordenadores. É preciso criar critérios que envolvam não só a capacidade intelectual da pessoa para lidar com a questão, mas com a capacidade de gerir a questão das relações interpessoais. ... Quem não tem formação para lidar com a questão das relações interpessoais tem que ter treinamento; tem que fazer psicoterapia analítica, ou pelo menos alguma formação dessa natureza. ... Gostaria de propor que fosse criada uma comissão desse Conselho, mesmo desse Conselho que não se apropriou ainda das questões de saúde pública dessa cidade, mas mesmo assim que aqui saísse uma comissão que fosse avaliar cada região de saúde, e aí envolveria um técnico de saúde pública, para visitar cada região de saúde no sentido de avaliar a realidade concreta e trazer um relatório, e a partir desse relatório começar tirar diretrizes sérias para a questão do prêmio, para essas questões que estão aí." Esclarecendo a proposta, a pedido da Dra. Maria do Carmo, explicou que "sairiam 6 pessoas, que iriam constituir uma comissão, que teria um prazo até o final do mês de maio para visitar todas as regiões e levantar, juntamente com os coordenadores, com as associações de bairro, verificar todas as questões objetivas e trazer isso como relatório." Sra. Cristina, coordenadora do Programa de DST/AIDS, defendeu a existência de processo seletivo para o cargo de coordenador, pois isso impede que governos políticos possam interferir indicando pessoas de sua confiança, confiança essa de governo e não do projeto, do processo ou do SUS. Concordou com o caráter público da seleção e considerou que deve-se tomar cuidado para não transformar um cargo de carreira em cargo vitalício de coordenação. Dra. Haydée sugeriu que, ao invés de se formar a comissão, fosse solicitado aos distritos o encaminhamento de diagnóstico de suas regiões para apreciação do Conselho. Dr. Pedro Paulo colocou que a "maior preocupação é tentar fazer isso, através de uma comissão como essa (o diagnóstico já está dado do ponto de vista epidemiológico), é apenas fazer com que a gente resgate o que não foi feito, do ponto de vista estratégico; a Secretaria errou terrivelmente, não usou o planejamento estratégico e bradou como um perna de pau faz quando chega o circo: hoje tem espetáculo, tem, sim senhor. A população toda ficou sabendo que ia ter saúde em Campinas, sem antes as estruturas da saúde estarem prontas para fazer esse atendimento de 70% que está lá de demanda reprimida. Eu estou clamando para fazer com que o Conselho se aproxime da sociedade, resgate essa questão,..." Dra. Maria do Carmo considerou que não é possível uma comissão dar conta desse diagnóstico numa cidade como Campinas; poderia ser solicitado aos Conselhos Locais de Saúde que trouxessem uma avaliação de como estão as unidades, além do que foi proposto pela Dra. Haydée. Dr. Pedro Paulo retirou sua proposta e solicitou que o assunto fosse pauta de uma próxima reunião. Acatada a sugestão, passou-se à seção de informes. Dra. Maria do Carmo informou que o Departamento de Meio Ambiente está organizando a Semana do Meio Ambiente, que se inicia no dia 03 de junho, tendo solicitado à Secretaria e ao Conselho que dessem uma atenção especial às questões relativas ao tema. Dra. Maria do Carmo apresentou, ainda, as sugestões de pauta apresentadas no decorrer da reunião, quais sejam: situação dos funcionários que não são da Família Ocupacional Saúde; Orçamento Participativo; situação de saúde - diagnóstico dos serviços - necessidade de recursos e alocação; papel do conselheiro na Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Dra. Haydée solicitou que se incluísse a discussão dos problemas e conflitos com os usuários no processo de adscrição de clientela. Após debate sobre a necessidade e viabilidade de se fazer uma reunião extraordinária, ficou definido que a Secretaria Executiva deverá priorizá-los. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

[retorna a relação de atas do CMS](#)

Página atualizada em Julho / 2001